

Martine de Boisdeffre
**Tradição arquivística
à francesa**

A diretora dos Archives de France discorre sobre a trajetória dessa respeitável instituição numa conversa que dá ensejo também a considerações acerca de suas atuais atribuições e os desafios da ciência arquivística naquele país.

> Este 2009, entre outros eventos importantes, ficará marcado na história como o Ano da França no Brasil, ação conjunta realizada pelos dois países e que tem entre os seus principais objetivos estreitar os laços de cooperação e intercâmbio, sobretudo no campo da cultura, cuja força e expressividade distinguem ambas as nacionalidades. E é nessa perspectiva que a **Revista do Arquivo Público Mineiro** traz como entrevistada desta edição Martine de Boisdeffre, diretora dos Archives de France, instituição pertencente ao Ministério da Cultura daquele país, responsável pela concepção e execução da política francesa de arquivos.

De forma clara e instigante, suas respostas permitem compreender os diversos aspectos que permeiam a estruturação dos arquivos na França e, principalmente, os instrumentos de política pública que permitem a preservação do patrimônio documental francês, tanto numa perspectiva contemporânea quanto na dimensão do próprio futuro.

Bastante inspiradora no sentido de se pensar os desafios e caminhos da preservação de documentos históricos e das possibilidades de cooperação mútua, a entrevista se destaca ainda por uma preocupação em se abordar as efetivas possibilidades de intercâmbio entre a França e o Brasil.

Martine de Boisdeffre tem formação multidisciplinar, sendo mestre em História, assim como diplomada pelo Institut d'Études Politiques de Paris e pela École Nationale d'Administration. Antes de se tornar diretora dos Archives de France, em 2001, Boisdeffre foi responsável por várias missões diplomáticas e ocupou o cargo de auditora junto ao Conseil d'État, tendo em

seguida se tornado conselheira nessa instituição, assim como no Comité National d'Éthique.

Por suas inúmeras contribuições no campo da cultura e da administração pública, também foi condecorada com os títulos de Chevalier de la Légion d'Honneur et de l'Ordre National du Mérite e Commandeur des Arts et des Lettres.

RAPM – Inicialmente, gostaríamos que a sra. indicasse para o público brasileiro os aspectos gerais do processo histórico de formação dos Archives de France.

Martine de Boisdeffre – Os Archives Nationales foram criados em 1790, no momento da Revolução Francesa. Inicialmente concebidos como serviço de arquivos da Assembleia Nacional Constituinte, logo lhes foram confiados os papéis de todas as administrações e organismos da antiga monarquia, de modo que, em 1794, eles se tornaram o depósito de todos os arquivos do Estado. Como nem todos os arquivos conservados no território podiam ser centralizados em Paris, decidiu-se, em 1796, pela organização em cada departamento¹ de serviços arquivísticos constituídos sob a autoridade dos prefeitos e do Ministério do Interior, sem vínculo orgânico com os Archives Nationales. A preocupação com uma organização unitária se faz sentir e, em 1897, a guarda geral dos Archives Nationales recebe então autoridade sobre o conjunto dos arquivos departamentais, comunais² e hospitalares gerenciados pelas coletividades territoriais do país, com o título de Diretoria dos Arquivos. Entre 1924 e 1940 uma série de textos importantes reforça o recolhimento dos arquivos das municipalidades cuja conservação se encontrava mal assegurada; o recolhimento dos arquivos notariais datando de mais de 125

anos; as primeiras medidas em favor dos arquivos privados; o recolhimento obrigatório e regular dos arquivos das administrações públicas e proibição de sua destruição sem autorização da direção dos Archives Nationales. Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial representam um período de expansão sem precedentes, com a criação de uma diretoria dos Archives de France em agosto de 1945; a construção de inúmeros prédios para arquivos; a produção de uma regulamentação abundante em matéria de funcionamento, de triagem e de normas de classificação; a organização de um pré-arquivamento para os arquivos administrativos cuja massa se revela em plena expansão. Com toda essa evolução, a legislação arquivística torna-se obsoleta e uma nova lei – a de janeiro de 1979 – é elaborada, oficializando uma definição dos arquivos que engloba as três idades arquivísticas (arquivos correntes, intermediários e permanentes), organiza a cooperação com as administrações produtoras, instaura novas regras de sigilo (30, 60, 100, 120 anos), segundo a tipologia dos documentos, ressaltando, entretanto, uma possibilidade de acesso preservada através de um procedimento de derrogação, salvo acordo do serviço depositante. Uma mudança considerável é introduzida pela lei de 22 de julho de 1983 (aplicada em 1º de

[...] assiste-se ao rápido desenvolvimento de novas práticas e de novas expectativas dos usuários, que os serviços de arquivos devem levar em consideração.

janeiro de 1986), que, no contexto do movimento de descentralização da administração do país, coloca os arquivos departamentais sob a autoridade direta dos presidentes dos Conselhos Gerais (assembleias de eleitos que administram os Departamentos). A unidade dos arquivos, que prevalecia havia quase um século, é de agora em diante mantida, na medida em que um controle científico e técnico continua a ser exercido pela direção dos Archives de France sobre esses serviços. Levando em conta as mudanças da sociedade, uma nova lei sobre os arquivos, promulgada em 15 de julho de 2008, traz uma renovação importante ao regime arquivístico, introduzindo a possibilidade, sob certas condições, de tercerização dos arquivos públicos junto a empresas privadas; estabelecendo novas medidas para os arquivos privados; admitindo a redução considerável dos prazos de sigilo dos arquivos; e o agravamento das sanções em caso de desrespeito à legislação. Hoje, os arquivos franceses compreendem: uma direção dos Archives de France, que, no seio do Ministério da Cultura, concebe, ampara, harmoniza e controla a política nacional de arquivos; três serviços dos Archives Nationales gerenciados pelo Ministério da Cultura (os de Paris, para os arquivos dos organismos cuja vocação é nacional; os de além-mar em Aix-en-Provence, para os arquivos do antigo

Império francês; os do mundo do trabalho em Roubaix, para os arquivos de empresas e de sindicatos); e ainda uma rede de arquivos departamentais, comunais e hospitalares gerenciados pelas coletividades territoriais.

RAPM – Na atualidade, quais são os principais desafios enfrentados pelos Archives de France?

Martine de Boisdeffre –

O primeiro desafio reside na reforma administrativa atualmente em curso em todos os níveis

administrativos do país. A França, que durante muito tempo foi um país fortemente centralizado, empreendeu, com efeito, uma reorganização, visando a distribuir diferentemente as competências, diminuindo as exercidas no nível central pelos ministérios, mais especificamente, as preenchidas pelo Estado, e reforçando, ao contrário, as atribuições confiadas ao nível local, especialmente das coletividades territoriais (regiões, departamentos, comunas). Iniciado já há 20 anos, esse movimento de redistribuição das prerrogativas passa por uma recente aceleração. A organização dos ministérios está sendo neste momento objeto de um reexame sistemático que procura diminuir o número das estruturas centrais e restringir suas missões. O Ministério da Cultura foi atingido; ele está elaborando um novo organograma que entrará em vigor no início de

Os arquivos regionais, departamentais e comunais são geridos pelas coletividades territoriais. Entretanto, a direção dos Archives de France mantém sobre o funcionamento deles um controle científico e técnico.

2010 e no qual os arquivos serão integrados à Direção Geral dos Patrimônios. No nível local, uma mesma revisão está em curso para as instâncias locais do Estado (prefeituras e representações dos ministérios), enquanto um projeto de reforma territorial, recentemente apresentado, pretende revisar a totalidade dos escalões da administração local (regiões, departamentos, comunas), sendo a principal questão a divisão das atribuições entre o Estado central e esses níveis. Ainda ignoramos em grande parte qual será o impacto dessa ampla reforma

sobre o posicionamento dos serviços de arquivos e sobre o controle exercido pela direção dos Archives de France sobre eles. O segundo desafio, comum a todos os países, situa-se no nível da revolução tecnológica e do desenvolvimento dos arquivos digitais. De um lado, a produção dos arquivos se desmaterializa, o que coloca a questão da estratégia apropriada para a coleta (uma intervenção precoce dos arquivistas é necessária, assim como um reforço da cooperação com as administrações produtoras) e para a sua conservação (métodos específicos são indispensáveis, com custos significativos). De outro lado, assiste-se ao rápido desenvolvimento de novas práticas e de novas expectativas dos usuários, que os serviços de arquivos devem levar em consideração. O público deseja executar o máximo de ações sem ter de se

deslocar, quer respostas extremamente rápidas para suas perguntas e não aceita mais passar por formalidades e procedimentos complexos para alcançar seus fins. Uma profunda adaptação dos arquivistas é necessária, pois seu trabalho está experimentando intensa evolução. A implantação de sítios na internet, a digitalização dos arquivos e dos instrumentos de pesquisa, o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais *on-line* são as primeiras respostas trazidas pelos serviços de arquivos, mas será preciso ir mais longe no futuro para seguir as mutações que decorrerão do progresso constante da tecnologia.

RAPM – Quais são as formas de apoio aos arquivos regionais?

Martine de Boisdeffre – Os arquivos regionais, departamentais e comunais são geridos pelas coletividades territoriais. Entretanto, a direção dos Archives de France mantém sobre o funcionamento deles um controle científico e técnico que foi definido por um decreto datado de 28 de julho de 1988 e que se refere às condições de gestão, coleta, avaliação e eliminação, considerando a classificação dos documentos como correntes, intermediários e permanentes, assim como visando à sua eventual conservação

A rede de arquivos (nacionais, departamentais, municipais) conta hoje com mais de 140 serviços educativos ou de ação cultural, realizados por mais de 200 professores.

e acesso. O objetivo é ter um arquivamento o mais homogêneo possível no conjunto do território. Esse controle apoia-se na elaboração de uma doutrina a cargo da direção dos Archives de France. Os diferentes escritórios da direção editam regras de avaliação e de tratamento dos arquivos, realizam uma reflexão e estudos sobre os aspectos técnicos (edificações, digitalização, arquivamento eletrônico), definem normas profissionais, produzem circulares regulamentares, bem como manuais de recomendações práticas. Os arquivos locais

beneficiam-se, portanto, da *expertise* e das orientações da direção central. Além disso, a direção dos Archives de France dispõe de um orçamento de capacidade de intervenção para ajudar financeiramente, sob a forma de subvenções, as coletividades territoriais na aquisição de arquivos privados, na digitalização ou na restauração de documentos e sobretudo na construção ou na ampliação de prédios para arquivos. As operações imobiliárias são seguidas de perto: validação dos estudos preliminares e da escolha do lugar, participação no júri de designação do arquiteto, acompanhamento técnico em todas as fases com visitas *in loco*. A inspeção geral assegura uma grande parte dessas trocas com a rede local e inspeciona regularmente os serviços desses arquivos, encontrando-se nessas ocasiões com os

responsáveis locais, aos quais ela transmite suas observações. Finalmente, é preciso assinalar a situação particular dos serviços de arquivos departamentais, cujos diretores (e alguns componentes do pessoal científico) pertencem ao Ministério da Cultura (e são, conseqüentemente, remunerados por esse) e são colocados à disposição dos conselhos gerais na perspectiva de exercer um controle mais próximo sobre os arquivos correntes e intermediários das administrações locais do Estado, assim como sobre o funcionamento dos serviços de arquivos regionais e comunais de sua jurisdição geográfica.

RAPM – Como é tratada a questão dos arquivos privados?

Martine de Boisdeffre – Uma política definida e amparada na lei de 3 de janeiro de 1979 e revisada pela lei de 15 de julho de 2008 é conduzida, no nível central, pelos Archives Nationales de Paris, de além-mar em Aix-en-Provence, do mundo do trabalho em Roubaix, e, no nível local, pela rede de arquivos departamentais e municipais, para assegurar a salvaguarda, a valorização e o acesso aos arquivos privados. Os serviços públicos de arquivos garantem o recolhimento, a conservação e o acesso aos arquivos privados de natureza

As visitas, conferências, colóquios, estágios e oficinas ligados à atividade arquivística completam a oferta “tradicional” dos arquivos.

variada (de pessoas ou de famílias, de associações religiosas e culturais, de empresas ou de sindicatos), utilizando diferentes modos de entrada possíveis no plano jurídico: doação, legado, depósito, compra, doação³ – dispositivo, instituído em 1968, que permite aos contribuintes quitar certas dívidas fiscais pela entrega ao Estado de um bem de alto valor artístico ou histórico. De sua parte, a direção dos Archives de France, por meio de uma unidade especificamente dedicada à questão dos arquivos privados e dotada de um orçamento com esse

fim, incentiva e completa a ação dos serviços públicos de arquivos na esfera do recolhimento, do controle e da proteção, da sensibilização e da informação dos detentores e dos produtores. No tocante ao crescimento dos fundos, essa unidade está atenta ao mercado, examinando sistematicamente os catálogos de vendas públicas e de livreiros, bem como divulgando essa informação aos serviços públicos de arquivos. Em caso de necessidade, ela apoia financeiramente as aquisições, especialmente por meio da atribuição de subvenções às coletividades territoriais. A lei autoriza o exercício do direito de preempção, que permite ao Estado substituir o adjudicatário nas vendas públicas. Enfim, ela se dedica a promover campanhas temáticas para recolher, em toda a extensão do território, acervos que testemunhem fenômenos sociais ou acontecimentos históricos

particularmente marcantes (por exemplo, os arquivos privados da Resistência ou da Deportação ou ainda os do mundo esportivo). A implantação de medidas visando a proteger os arquivos abrigados em mãos privadas – classificação⁴ dos acervos que apresentam um caráter patrimonial assumido e controle da circulação dos documentos de arquivos – constitui a segunda vertente da política da direção dos Archives de France. O dispositivo de classificação, inspirado na lei de 1913 sobre

os monumentos históricos, tem como mais importante consequência tornar imprescritíveis os arquivos que forem objeto desse instrumento de proteção e de proibir sua exportação em caráter definitivo. Sua alienação permanece possível, entretanto, sob a condição de um enquadramento preciso. A classificação, que pode intervir de maneira coercitiva se as circunstâncias o exigem (classificação de ofício), é o resultado mais frequente de uma parceria frutuosa entre o proprietário do fundo e a administração dos arquivos e que deságua muitas vezes em ações como a abertura do acervo ao público, seu depósito num serviço de arquivos, operações de valorização pela realização de inventários, o fornecimento de conselhos, senão de ajudas financeiras, em matéria de conservação ou de restauração. Cinquenta e três acervos recebem

Todas as profissões estão hoje sujeitas a permanentes mudanças; os arquivistas não escapam a essa evolução.

atualmente essa proteção. O controle da circulação dos documentos de arquivos, que se insere no contexto da regulamentação europeia sobre a circulação dos bens culturais, pode traduzir-se pela proibição de exportação, dado o caráter patrimonial excepcional do bem, que, ao término de um processo complexo, adquire então a qualidade de tesouro nacional e, a partir daí, não pode mais ser exportado. Esse controle pode igualmente permitir a identificação de documentos roubados das coleções públicas ou de documentos de natureza pública, que cabe

então ao Estado reivindicar. Enfim, são ações de formação, de informação e de sensibilização dirigidas aos profissionais dos arquivos, aos proprietários ou produtores, bem como aos operadores do mercado, leiloeiros ou livreiros especializados. Com esse objetivo foi publicado, em 2008, um manual prático que traz respostas técnicas sobre o *status* dos arquivos privados nas coleções públicas e sobre as modalidades de seu tratamento e acesso.

RAPM – Quais são as principais ações culturais e pedagógicas dos Archives de France?

Martine de Boisdeffre – A rede de arquivos (nacionais, departamentais, municipais) conta hoje com mais de 140 serviços educativos ou de ação cultural, realizados por mais de 200

professores. Esses serviços educativos propõem gratuitamente aos jovens estudantes visitas aos arquivos, oficinas temáticas sobre a utilização dos documentos, assim como exercícios de paleografia, moldagem de selos⁵ e produção de cartazes. Eles produzem pequenas obras pedagógicas. Associados a outros serviços educativos e culturais das coletividades territoriais, eles propõem também oficinas pedagógicas, visitas a exposições, itinerários patrimoniais.

Os encontros com os alunos não acontecem unicamente nos serviços de arquivos, mas também nos estabelecimentos escolares, especialmente graças ao professor, que se desloca com a documentação, ou por meio de exposições itinerantes nos “arquivobus”. A valorização e a ação cultural desses serviços de arquivos oferecem um leque de atividades multiformes destinadas a responder à demanda de públicos cada vez mais amplos. Os Archives Nationales, 66% dos arquivos departamentais e quase a metade dos arquivos comunais propõem jornadas de “portas abertas” em seus depósitos, frequentemente associadas às Jornadas Europeias do Patrimônio, que acontecem um fim de semana por ano. O número de exposições quintuplicou desde os anos 1980 e estabilizou-se desde o início dos anos 2000 em torno de 450 exposições organizadas anualmente pelos

A direção dos Archives de France se esforça, em primeiro lugar, por incentivar o intercâmbio entre os profissionais no interior da rede de arquivos.

serviços de arquivos. As visitas, conferências, colóquios, estágios e oficinas ligados à atividade arquivística completam a oferta “tradicional” dos arquivos. Novas atividades, como a interpretação de arquivos, assim como oficinas e espetáculos, vêm enriquecer a oferta básica. Em 2007, a oferta cultural dos arquivos franceses atingiu mais de 600 mil pessoas. Um esforço particular é dirigido à pesquisa de novos públicos, pouco tocados pela cultura, sobretudo as pessoas deficientes, encarceradas, hospitalizadas, idosas, em dificuldade social ou

econômica. A direção dos Archives de France emprega, ela própria, recursos *on-line* com um objetivo educativo e cultural. Entre os instrumentos pedagógicos, citemos *A história pela imagem*, realizado por iniciativa do Ministério da Cultura. Sobretudo, ele se encarrega do programa de celebrações nacionais organizadas a cada ano para comemorar o aniversário de um personagem ou evento influente na história da França.

RAPM – Quais são os principais projetos dos Archives de France em relação à internet?

Martine de Boisdeffre – Os serviços públicos de arquivos (Archives Nationales, departamentais, comunais), em sua maioria, abriram um sítio na internet no qual disponibilizam *on-line* certo número de informações (informações práticas,

exposições virtuais, atividades culturais e pedagógicas). Embora esses sítios ainda sejam muito diferentes entre si, todos têm como objetivo prioritário colocar à disposição do público instrumentos de pesquisa e documentos de arquivos. Os instrumentos de pesquisa são colocados *on-line* sob um formato eletrônico, geralmente XML, estruturado e, portanto, passível de consulta, seguindo a DTD EAD (*Encoded Archival Description*). Os Archives Nationales de além-mar, bem como

diversos serviços departamentais, procederam dessa maneira para colocar na internet os inventários que podem ser acessados via banco de dados. Convém também mencionar o projeto de sala virtual dos inventários, previsto para a abertura do novo sítio dos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine, em 2012. A totalidade dos instrumentos de pesquisa poderá ser consultada *on-line* por meio de um sistema que permite ao pesquisador acesso direto a solicitações ou reserva de documentos a partir da consulta do instrumento de pesquisa. As operações de digitalização frequentemente envolvem massas consideráveis de documentos: cerca de 20 quilômetros lineares, em média. Tal procedimento serve como um antídoto à degradação inelutável de certas séries, particularmente as mais consultadas pelos leitores. Ao mesmo

A totalidade dos instrumentos de pesquisa poderá ser consultada *on-line* por meio de um sistema que permite ao pesquisador acesso direto a solicitações ou reserva de documentos.

tempo, a digitalização facilita o acesso e a consulta a jornais locais e a documentos, sejam iconográficos (acervos ou álbuns fotográficos, cartões postais etc.), planos cadastrais, estado civil (registros paroquiais, certidões de nascimento/casamento, tabelas decenais), sejam outros tipos de registros habitualmente consultados (recenseamento da população, arquivos de cartórios, registros de matrículas de recrutamento militar, registros de deliberações municipais). Se, tanto no nível central quanto no nível local, a

prioridade são os documentos iconográficos, isso decorre do fato de responderem a uma forte demanda social (dossiês da Legião de Honra, estado civil). Na prática, porém, esses projetos acabam sendo muito diversos e alguns se relacionam mesmo a registros sonoros (depoimentos de antigos deportados, depoimentos sobre os primórdios da segurança social, depoimentos sobre um clube de futebol, músicas tradicionais, deliberações do Conselho Geral, emissões de rádio local etc.). Com a Web 2.0, o internauta torna-se não somente consumidor, mas também criador de recursos. Os serviços de arquivos seguem essa nova via propondo maior interação com os documentos digitalizados, especialmente com a indexação colaborativa, na qual os leitores indexam, eles mesmos, detalhadamente, os documentos digitalizados,

a fim de torná-los mais acessíveis. Isso foi disponibilizado para pesquisas sobre estado civil, mas valem também para a imprensa antiga digitalizada. Para auxiliar no desenvolvimento do processo de disponibilizar conteúdos *on-line*, a direção dos Archives de France, aproveitando a experiência adquirida pelos diferentes serviços de arquivos em toda a extensão do território, publicou em seu sítio, em 2008, um guia técnico de digitalização, *Ecrire un cahier des charges de numérisation*, contendo um conjunto de recomendações sobre as características técnicas (resolução, modelo cromático, formato de fichário, compressão...) dos fichários-imagens produzidos pela digitalização, em função da natureza dos documentos tratados (textos, planos, imagens, fotografias, microfilmes) e dos usos pretendidos (conservação, difusão, visualização). Um guia semelhante encontra-se em preparação para os acervos audiovisuais. O Ministério da Cultura incentiva cada vez mais a capitalização dos dados digitalizados acessíveis *on-line* pela criação de portais na internet que reúnam, num ponto de acesso único, recursos provenientes de diferentes serviços de arquivos distantes geograficamente. A direção dos Archives de France tomou, ela própria, iniciativas nesse sentido. O portal Canadá-França, dedicado à Nova França, torna acessíveis, por exemplo, documentos digitalizados conservados na França e no Canadá (Quebec). Da mesma forma, a direção participa ativamente do projeto de portal arquivístico europeu APEnet, que dará acesso aos conteúdos arquivísticos dos Estados-membros da União Europeia, que são parceiros entre si.

RAPM – Quais são as principais formas de intercâmbio institucionais promovidas pelos Archives de France?

Martine de Boisdeffre – A direção dos Archives de France se esforça, em primeiro lugar, por incentivar o intercâmbio entre os profissionais no interior da rede de arquivos. Isso ocorre de diversas formas: recursos colocados *on-line* em seu sítio na internet, fórum eletrônico de intercâmbio; organização de estágios de formação destinados ao pessoal, especialmente àquele empregado pelas coletividades territoriais; organização de colóquios temáticos, cujos atos são em seguida publicados; publicação de um relatório anual sobre o funcionamento dos serviços de arquivos na França. As relações com os colegas estrangeiros são também ativamente contempladas: organização de estágio técnico internacional, recebendo-se arquivistas do mundo inteiro durante dois meses; recepção de delegações de arquivistas; convênios com certos países em vista de relações privilegiadas; hospedagem para a secretaria do Conselho Internacional de Arquivos. A direção não negligencia, por outro lado, a troca de experiências com as instituições das disciplinas afins (Biblioteca Nacional da França, Instituto Nacional do Audiovisual), principalmente nas áreas jurídicas e das novas tecnologias. De modo geral, é importante manter contatos com todas as instâncias cuja atividade pode ter um interesse aos arquivos (escolas de formação de administradores, órgãos de normalização, associações de usuários etc.).

RAPM – Que sugestões a sra. daria a um jovem interessado em trabalhar na área de arquivologia?

Martine de Boisdeffre – Todas as profissões estão hoje sujeitas a permanentes mudanças; os arquivistas não escapam a essa evolução. Por isso eu recomendaria a um jovem arquivista que esteja

aberto ao mundo, às mudanças administrativas e tecnológicas, à troca de informações com as profissões vizinhas, às expectativas do público, ou, antes, dos públicos. Eu lhe diria que a adaptação faz parte de sua vida profissional, que ela deve ser sua preocupação constante. Ele não deve temer a grande mobilidade de seu contexto de trabalho. Ao contrário, é aí que se situam agora todo o interesse e o futuro de sua profissão.

Notas |

1. Trata-se de uma divisão administrativa equivalente à divisão territorial dos Estados brasileiros.
2. Comuna: menor subdivisão administrativa do território francês, equivalente à divisão territorial dos municípios brasileiros.
3. Termo jurídico utilizado quando o devedor realiza o pagamento na forma de algo que não estava originalmente na obrigação estabelecida, mas que extingue a dívida da mesma forma.
4. Instituto jurídico de proteção semelhante ao tombamento – denominação adotada no Brasil, diferentemente de Portugal, que também utiliza o termo “classificação”.
5. Peça, em geral metálica, na qual são gravadas armas, divisas ou assinaturas a serem impressas sobre cera, lacre, metal ou papel, com o fim de validar e autenticar o documento.

Bibliografia indicativa

BABELON, Jean-Pierre. *Les Archives: mémoire de la France*. Paris: Gallimard, 2008.

Les archives privées: manuel pratique et juridique. Direction des Archives de France, Documentation française, collection Manuels et guides pratiques, 2008.

L'action éducative et culturelle des archives. Actes du colloque Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives, Lyon, 2005. Direction des Archives de France, Documentation française, collection Colloques, 2007.

L'archivage numérique à long terme: les débuts de la maturité. Direction des Archives de France, Documentation française, collection Manuels et guides pratiques, 2009.

Principais sítios na internet

Archives de France
<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/>

Nesse sítio podem-se encontrar:

– Informações jurídicas, legais, históricas sobre o funcionamento dos arquivos na França, bem como uma apresentação da atividade da direção dos Archives de France e dos serviços públicos de arquivos

(números-chave, relatórios, estudos, pesquisas estatísticas etc.). Esse sítio também disponibiliza informações a respeito da formação e das atividades dos profissionais da área de arquivística.

– Conjunto de recursos *on-line* empregados, seja pela direção dos Archives de France, seja em colaboração com ela; acesso direto a documentos de arquivos digitalizados; ferramentas de busca nos acervos de arquivos, exposições ou publicações virtuais.

– Orientação aos usuários dos arquivos (pesquisadores, genealogistas, amadores, cidadãos desejosos de estabelecer a prova de um direito), através dos diferentes serviços de arquivos e dos recursos que estes propõem.

– Rubrica sobre a ação cultural e pedagógica.

– Anuário dos serviços de arquivos.

– Sítio da delegação às celebrações nacionais.

Archives Nationales

<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/>

Dá acesso aos três sítios dos Archives Nationales:

– O sítio de Paris, Fontainebleau e Pierrefitte, na região parisiense;

– Os Archives Nationales de Além-mar (Aix-en-Provence);

– O Centro dos Arquivos do Mundo do Trabalho (Roubaix).

Portal Arquivos Canadá-França

<http://www.archivescanadafrance.org/francais/accueil.html>

Esse sítio combina várias abordagens. É possível pesquisar partindo-se de uma lista alfabética dos acervos, de uma lista das instituições de conservação e de um plano de classificação.

Alguns sítios assinalados de arquivos departamentais

Arquivos departamentais de Puy-de-Dôme

<http://www.archivesdepartementales.puydedome.com/>

Um sítio excelente pela clareza de exposição e a qualidade arquivística. A tela de consulta é dividida em três e o leitor pode selecionar progressivamente: 1. O tipo de acervo; 2. O plano de classificação do tipo de acervo escolhido; 3. O instrumento de busca detalhado.

Arquivos departamentais do Cantal: <http://archives.cantal.fr/>

Vários modos de pesquisa são possíveis: simplificado, temático, cartográfico etc.

Arquivos departamentais da Vendée

<http://www.archives.vendee.fr/>

Sítio muito completo, com inúmeros documentos digitalizados.

Formação profissional

Escola Nacional de Chartes: <http://www.enc.sorbonne.fr/>

Instituto Nacional do Patrimônio: <http://www.inp.fr/>

Tradução: Virgínia Mata Machado